



São Paulo, 15 de junho de 2011

Ban Ki-moon
Secretário Geral
Nações Unidas
New York, NY 10017
USA

Sr. Secretário-Geral,

Na qualidade de signatária do Pacto Global das Nações Unidas, nós da Amanco Brasil Ltda. encaminhamos o Relatório de Progresso (COP) referente as atividades realizadas no ano de 2010, evidenciando nosso compromisso com os Dez Princípios do Pacto Global, relacionados a Direitos Humanos, Direitos do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção em todas as suas formas.

Com esta comunicação, reafirmamos nossa intenção de apoiar e difundir tais princípios dentro de nossa esfera de influência, fazendo do Pacto Global e seus princípios parte da estratégia, cultura e operações diárias de nossa organização, empreendendo esforços para divulgar publicamente este compromisso junto aos nossos funcionários, parceiros, clientes, público em geral através das formas de comunicação utilizadas pela empresa.

Nós, da Amanco Brasil Ltda., ao reafirmarmos nosso compromisso com os princípios defendidos pelo Pacto Global entendemos que temos, juntamente com outras organizações, um papel ativo no processo de desenvolvimento das sociedades em que estamos inseridos, atuando sob várias formas na construção e consolidação de uma sociedade mais sustentável.

Atenciosamente,

Marise Barroso
Presidente

Mexichem.

COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO NO GLOBAL COMPACT



Com o objetivo de fortalecer a atuação do Grupo Mexichem no Brasil a Amanco Brasil Ltda., a partir do final de 2010, alterou a sua denominação social para Mexichem Brasil, e iniciou o processo de incorporação das demais empresas do grupo: Bidim, Plastubos e Doutores da Construção.

Esta fusão é o ápice de um processo de integração que vem ocorrendo gradualmente nos últimos anos. A mudança de denominação de Amanco Brasil Ltda. para Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda., e nome fantasia de Mexichem Brasil, aconteceu em 1 de novembro de 2010. Portanto, esta Comunica-

ção de Progresso no Global Compact incluirá exclusivamente as atividades da Amanco Brasil no período de 2010.

Toda atuação da Amanco é sustentada pelo conceito de triplo resultado - econômico, social, e ambiental -, o que faz com que a empresa assuma os dez princípios propostos pela Organização das Nações Unidas com grande satisfação, já que a conduta sustentável já faz parte do seu dia-a-dia há muito tempo.

A fim de comunicar os avanços da Amanco em relação aos princípios do Pacto Global, segue abaixo um breve relato das iniciativas incorporadas à gestão da empresa nos últimos anos:

PRINCÍPIO PACTO GLOBAL		INDICADOR GRI	PÁGINA	AÇÕES E PROGRAMAS DESCRITOS NO RELATÓRIO 2010
PRINCÍPIO 1	Apoiar e respeitar a proteção dos Direitos Humanos internacionalmente proclamados	EC5	24	Monitoramento da variação da proporção do salário mais baixo em relação ao mínimo local.
		HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		HR4	25	Definição e divulgação de princípios que fomentam a não-discriminação no ambiente de trabalho e suas diversas relações.
		HR6	25	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		LA4	25	Mensuração dos colaboradores abrangidos por convenção coletiva.
		LA7	44	Acompanhamento das condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho (frequência, gravidade e quantidade de acidentes).
		LA8	45	Indicação das horas de treinamento em saúde e segurança.
		LA13	26	Reconhecimento e valorização da diversidade no ambiente de trabalho.
		PR1	52	Preocupação com a saúde e segurança no ciclo de vida do produto.
PRINCÍPIO 2	Certificar-se de que não são cúmplices em abusos de direitos humanos	HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		HR4	25	Definição e divulgação de princípios que fomentam a não-discriminação no ambiente de trabalho e suas diversas relações.
		HR6	25	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
PRINCÍPIO 3	Apoiar a liberdade de associação e o efetivo reconhecimento do direito à negociação coletiva	HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		LA4	25	Mensuração dos colaboradores abrangidos por convenção coletiva.

PRINCÍPIO 4	Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório	HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
PRINCÍPIO 5	Apoiar a efetiva erradicação do trabalho infantil	HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		HR6	25	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
PRINCÍPIO 6	Apoiar a eliminação de discriminação relativa ao emprego e à ocupação	EC7	24	Contratação de mão de obra local para ocupar cargos elevados na hierarquia da empresa.
		HR1	25 e 30	Proibição de trabalho infantil na Cadeia de Fornecedores.
		HR4	25	Definição e divulgação de princípios que fomentam a não-discriminação no ambiente de trabalho e suas diversas relações.
		LA2	25	Mensuração do turnover nas unidades operacionais.
		LA13	26	Reconhecimento e valorização da diversidade no ambiente de trabalho.
PRINCÍPIO 7	Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais		7, 38,39, 41, 42 e 85	Certificação ISO 14001. Reuso/Reciclagem de água. Definição dos procedimentos contidos no Princípio de Precaução (página 84), correlacionados com o item 4.11 do perfil.
PRINCÍPIO 8	Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental	EN1	38	Eco-eficiência na utilização de materiais por peso e volume, assim como seu sobrepeso.
		EN2	39	Utilização (percentual) de materiais provenientes de reciclagem.
		EN4	39	Aferição da eficiência na utilização da energia.
		EN8	40	Aferição da eficiência na utilização dos recursos hídricos.
		EN16	42	Acompanhamento das emissões diretas e indiretas dos gases que podem causar efeito estufa (GEE).
		EN22	43	Aferição da quantidade de resíduos e sua forma de disposição.
		PR3	53	Conformidade com as exigências de rotulagens para os produtos produzidos.
PRINCÍPIO 9	Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigável	EN2	39	Utilização (percentual) de materiais provenientes de reciclagem.
PRINCÍPIO 10	Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina	SO2	83	Monitoramento de casos que contrariem os princípios éticos defendidos pela empresa, e que favoreçam um comportamento corruptivo.
		SO4	83	Monitoramento de casos que contrariem os princípios éticos defendidos pela empresa, e que favoreçam um comportamento corruptivo.